

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

**PRESIDENTE** — João Mansur  
**1.º VICE-PRESIDENTE** — Santos Lima  
**2.º VICE-PRESIDENTE** — Odilon Reihardt  
**1.º SECRETÁRIO** — Jorge Sato  
**2.º SECRETÁRIO** — Muggiati Filho (M.D.B.)  
**3.º SECRETÁRIO** — David Federmann  
**4.º SECRETÁRIO** — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

**PRESIDENTE** — Antonio Costa  
**VICE-PRESIDENTE** — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quilse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
**SECRETÁRIO** — Rita Celestino Soares  
**REUNIÕES** — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

**PRESIDENTE** — Ovidio Franzoni  
**VICE-PRESIDENTE** — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
**SECRETÁRIO** — Elcy Silva Batista  
**REUNIÕES** — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

**PRESIDENTE** — Antonio Maciel  
**VICE-PRESIDENTE** — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
**SECRETÁRIO** — Ney Rodrigues  
**REUNIÕES** — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

**PRESIDENTE** — Antonio Lopes Jr.  
**VICE-PRESIDENTE** — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
**SECRETÁRIO** — Maria Aparecida R. G. Amaral  
**REUNIÕES** — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

**PRESIDENTE** — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
**VICE-PRESIDENTE** — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
**SECRETÁRIO** — Agildes de Oliveira Martins  
**REUNIÕES** — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

**PRESIDENTE** — Arizone Araújo  
**VICE-PRESIDENTE** — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

## SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
**SECRETÁRIO** — Elza Carneiro Camargo  
**REUNIÕES** — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

**PRESIDENTE** — Xenofonte Villanueva  
**VICE-PRESIDENTE** — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
**SECRETÁRIO** — Maria Stella do Amaral Gurgel  
**REUNIÕES** — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

**PRESIDENTE** — Quilse Crisostomo  
**VICE-PRESIDENTE** — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
**REUNIÕES** — As terças-feiras  
**SECRETÁRIO** — Terezinha Barbosa Moura e Claro

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

**PRESIDENTE** — Antonio Belinati (M.D.B.)  
**VICE-PRESIDENTE** — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
**SECRETÁRIO** — Lóris Cordeiro de Barros  
**REUNIÕES** — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

**PRESIDENTE** — Gilberto Carvalho  
**VICE-PRESIDENTE** — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
**SECRETÁRIO** — Lélis Guimarães Sotto-Maior  
**REUNIÕES** — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

**PRESIDENTE** — Paulo Poli  
**VICE-PRESIDENTE** — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quilse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
**SECRETÁRIO** — José Tavares Canto Filho  
**REUNIÕES** — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

**PRESIDENTE** — Borsari Neto  
**VICE-PRESIDENTE** — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

##### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



LEI N.º 03/73

DATA: 10 de maio de 1973

SÚMULA: Concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná aos Senhores João Pedro Moreira de Carvalho e Enio Pipino.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28, § 4.º, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná aos Senhores João Pedro Moreira de Carvalho e Enio Pipino.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1973.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

LEI N.º 04/73

DATA: 10 de maio de 1973

SÚMULA: Institui o Dia do Médico no Paraná, a ser comemorado em 18 de outubro de cada ano.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28, § 4.º, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica instituído o Dia do Médico, a ser oficialmente comemorado em todo o Estado do Paraná no dia 18 de outubro de cada ano.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de maio de 1973.

a) JOÃO MANSUR — Presidente

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura  
Ata da 76.ª Sessão (Extraordinária)  
Realizada em 18 de Maio de 1973 — 6.ª-Feira

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomet e Borsari Neto.

As 9.30 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Armando Queiroz — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíselo Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Domicio Scaramella — Fabiano Braga Côrtes — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Aguinaldo Pereira Lima e Olavo Ferreira (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente, declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 41 Srs. Deputados

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 122/73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 65/72, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que acresce ao parágrafo que especifica o artigo 140 da Lei n.º 6.174, de 16-11-70 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO). Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 21, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 123/73.

Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura  
Ata da 77.ª Sessão Ordinária  
Realizada em 18 de Maio de 1973 — 6.ª-Feira

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Arizone Araújo e Borsari Neto.

As 10.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíselo Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella — Fabiano Braga Côrtes — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por trinta (30) sessões o Projeto de Lei n.º 236/71.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1973.

(a) — Muggiati Filho.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer seja encaminhado à Comissão Especial para Estudo da Reforma da Lei Orgânica do ICM, através da Mesa, as seguintes sugestões:

I — O § 3.º, do artigo 54, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“§ 3.º — O valor mínimo das multas é de Cr\$.100,00 (cem cruzeiros).”

II — Suprimir a expressão “não” que antecede a expressão cabendo, constante da redação do artigo 57, da supra citada Lei, ficando o artigo em evidência da seguinte forma:

“Art. 57 — quando se tratar de infração concernente a falta de recolhimento do saldo devedor relativo ao período considerado, declarado e demonstrado pelo próprio sujeito passivo, a guia de informação e apuração do ICM, o respectivo processo fiscal terá rito especial e sumário, cabendo reclamação ou recurso”.

III — Suprima-se o § 3.º, do artigo 58, da mesma Lei.

As sugestões apresentadas, Senhor Presidente, visam, principalmente, corrigir a pressão e a violência fiscal ora imperantes e criadas pela redação imprópria da Lei já mencionada.

Outrossim, o que se pretende, é alcançar tanto quanto possível, a equidade, amparando desta forma, o pequeno comerciante que, em face da atual Lei Orgânica do ICM, não tem nem mesmo o direito de defesa.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1973.

(a) — Muggiati Filho.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, seja marcado dia e hora, para o Senhor Edgar Withers, residente em Antonina, proferir, no Plenário da Assembleia Legislativa, palestra a respeito dos problemas do Porto de Antonina.

É de interesse geral dos Senhores Deputados saber com detalhes as necessidades, o valor, e as perspectivas que se apresenta para aquele Porto.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1973.

(a) — Antônio Lopes Júnior.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 274/70, que cria o Ginásio Estadual de Ivaté, Distrito de Umuarama, a partir do próximo ano letivo. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 274/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Ivaté, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 114/71, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual, no Município de Dr. Camargo, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 114/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Dr. Camargo, um Ginásio Estadual, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-73

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 118/71, que cria no bairro de Maringá Velho, Comarca de Maringá, um Ginásio Estadual para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 118/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no bairro de Maringá Velho, Comarca de Maringá, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-73

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

Basílio Zanusso



REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 236/71, que introduz modificações na composição do Conselho Superior do Ministério Público e adota outras providências. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 236/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — O Conselho Superior do Ministério Público será integrado pelo Procurador Geral da Justiça, como seu Presidente, pelo Corregedor do Ministério Público e por 3 (três) Procuradores da Justiça, anualmente eleitos pelos demais, vedada a recondução.

§ 1.º — A eleição será realizada pelo critério da maioria absoluta de votos, em reuniões dos Procuradores da Justiça, convocada e presidida pelo Procurador Geral.

§ 2.º — Se nos 3 (três) primeiros escrutínios não for possível alcançar maioria absoluta, será adotado o critério da maioria simples.

§ 3.º — Em caso de empate na votação, o Procurador Geral da Justiça proferirá voto de qualidade.

Art. 2.º — Aos Procuradores da Justiça incumbem oficiar perante as Câmaras do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, de acordo com designação do Procurador Geral, assistindo facultativamente às sessões.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8-5-73

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 262/71, dispondo que a Secretaria da Fazenda regulará, mediante instrução, o controle fiscal relativo à circulação de toras de qualquer espécie de madeira e dá outras providências. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 262/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — A Secretaria da Fazenda regulará, mediante instrução, o controle fiscal relativo à circulação de toras de qualquer espécie de madeira.

Art. 2.º — Fica revogada a Lei n.º 5.516, de 16 de fevereiro de 1967.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14-5-73

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 100/72 que institui a nova "LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS". — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 156/72, que autoriza o Poder Executivo, doar à Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP", com sede na cidade de Cascavel, lotes de propriedade do Estado situados naquela cidade e dá outras providências. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 156/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Universidade Oeste do Paraná — FUOP, com sede na cidade de Cascavel, lotes de propriedade do Estado, de números 1 (um), 4 (quatro), 5 (cinco) e 6 (seis), da quadra n.º 9 (nove) da planta do patrimônio da cidade de Cascavel, ainda sob o domínio do Estado e os lotes de números 7 (sete) e 16 (dezesesseis), da mesma quadra e, igualmente, da planta do patrimônio da cidade de Cascavel, conforme registro do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, sob n.º 15.408, fls. 140/1, do livro 3-AG, de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2.º — A doação se destinará ao acervo da Fundação Universidade Oeste do Paraná — FUOP.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-73

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente  
Iris Caldart — Relator  
Basílio Zanusso

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, sugerindo modificações na Lei Orgânica dos Municípios. — A Comissão Especial.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando informações ao Sr. Governador do Estado sobre gastos em publicidade. — **Rejeitado.**

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de quorum para o prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada).

O SR. PRESIDENTE — 28 Srs. Deputados responderam à chamada. Há quorum para o prosseguimento da Sessão.

Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do Dr. Aurélio Feijó, digno Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja marcado dia e hora, para o Sr. Edgar Withers, residente em Antonina, proferir, no Plenário desta Casa, palestra a respeito dos problemas do Porto de Antonina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando retirada da Ordem do Dia, por trinta (30) sessões o Projeto de Lei n.º 236/71. — **Rejeitado.**

Para Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Queremos apenas, ocupando à Tribuna, lavar aqui a nossa tristeza, pela rejeição de um Requerimento que objetivava saber do Governo do Estado quanto um Governo vem gastando em publicidade com a campanha denominada "Paraná é um Dever, Estamos Cumprindo", e também quanto o Sr. Governador do Estado do Paraná, dispendeu no ano passado, em propaganda nos órgãos de divulgação, quais sejam: estação de televisão, jornais e rádio-emissoras. É lamentável, que se negue ao povo o direito de saber o gasto promovido por um Governo de um Estado, que segundo se deduz, pelo que se paga ao funcionalismo e pelas obras que deixam de ser executadas, o Paraná, e um Estado que não estaria bem financiado, pelo menos, são as ponderações dos vários órgãos, quando negam o atendimento de obras para o interior do Paraná. Desejávamos pois, saber o gasto do Governo em propaganda, mas a Bancada do Governo que é a maioria não aprovou o onus Pedido de Informações, o que é lamentável, porque nega a Bancada do Governo, o direito dos próprios Deputados do Governo também, de tomar conhecimento desses gastos, que acreditamos exagerados, em campanhas que nada trarão de benefícios para o Paraná. Porque estamos vendo nos Canais de televisão uma propaganda de mau gosto, uma propaganda realmente, mal feita com o título "Paraná é um dever, estamos cumprindo".

Não desejamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tecer na oportunidade, críticas diretamente ao Sr. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza porque, pelo que estamos observando, S. Exa., está com a sua saúde abalada, está realmente doente. Podemos ver o Sr. Governador no aeroporto ontem. S. Exa. não tinha condições de permanecer parado ou em pé no aeroporto, o que chega a nos penalizar. Não estamos aqui, Sr. Presidente, para tirar qualquer proveito da doença do Sr. Governador, apenas desejar que S. Exa. se recupere. No entanto, não podemos como Deputados de oposição, perdoar os órgãos da Administração estadual, que estão aplicando mal o dinheiro do povo no setor de divulgação. Nós iremos à Secretaria de Estado, continuaremos na Tribuna, ressaltando a pessoa do Sr. Governador, pessoa humana, honesta, pessoa que deveria até mesmo tirar quem sabe, uma nova licença para recuperar a sua saúde, para que possa quem sabe, se voltar ao Governo, em condições físicas de enfrentar as durezas que o cargo lhe impõe.

Mas continuaremos aqui, tecendo comentário à respeito dos órgãos de Administração estadual, que estão abusando do dinheiro do povo. Muito obrigado. (Sempre revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito para Explicações Pessoais, Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Aqui está o Requerimento de informações apresentado pelo Sr. Deputado Antonio Belinati e não aprovada nesta Sessão, pela maioria da Casa. Mas não desejando que fique a impressão de que teria o Poder Executivo qualquer intuito de esconder deste Poder e do povo do Paraná, os gastos feitos no setor de divulgação, eu venho à Tribuna para uma vez, derrubado o Requerimento, trazer ao eminente Deputado requerente as informações solicitadas.

Assim é Sr. Presidente, Srs. Deputados que, com relação à primeira pergunta do Requerimento — "Quanto gastou o Estado do Paraná em 1972, no setor de divulgação?" — Nós temos a informar, oficialmente, que o Orçamento de 1972 do Departamento de Divulgação do Estado, previa uma verba de 8.768.819 cruzeiros. Deste total, não foram utilizados 4.676.850 cruzeiros. Da verba de publicidade acima foram retirados ainda 200 mil cruzeiros para pagamento das contas de exercícios anteriores, referentes ao ano de 1969 e 1970. 272 milhões e 400 mil, para equipamento da Rádio Estadual do Paraná, emissora fundada em 1952 e que em 1967 sofreu problema nos seus transmissores. Portanto, o Estado gastou de uma verba prevista de 8 milhões e 700 mil cruzeiros, em números redondos, 4.206.722 cruzeiros e 40 centavos, representando 53% da despesa total consignada no Orçamento.

No exercício de 1970, apenas como dado comparativo: — No ano de 72, o Estado gastou 4 milhões, 206 mil cruzeiros; em 70, o Estado gastou 6 milhões 553 mil, 214 cruzeiros e 42 centavos.

Portanto, em 72 com uma verba de 8 milhões, o Estado gastou aproximadamente a metade da previsão orçamentária; menos do que no ano de 70.

Não entendemos que isto seja nenhuma vantagem para o atual Governo. Porque se a verba estiver no Orçamento, para ser aplicada, poderia ser aplicada. Esta Casa aprova o Orçamento consignado exatamente para divulgação do Estado e dos Órgãos do Estado.

O Sr. Antonio Belinati — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V.Exa. revela que o Governo Parigot de Souza gastou mais de 4 milhões de cruzeiros na promoção do seu Governo; isto da verba do Departamento de Divulgação. Gostaria de saber, ilustre Líder, V.Exa. que representa o pensamento do Governo, como Líder do Governo nesta Casa. Quanto o Estado gastou através das Empresas de Economia Mista e através dos departamentos também em campanha de publicidade? Pergunto se V.Exa. teria estes dados, porque o gasto que V.Exa. está apresentando, mais de 4 milhões de cruzeiros, é do Departamento de Divulgação, mas sabemos que existem Empresas Mistas que também fazem publicidade. Gostaria de saber se S.Exa. tem dados que nos possa trazer oportunamente.

O SR. CÂNDIDO M. DE OLIVEIRA — Com o maior prazer. Estou hoje trazendo dados requeridos por V.Exa. no seu pedido de informações.

O Sr. Antônio Belinati — Estou satisfeito com a resposta de V.Exa., mas gostaria que também pudesse trazer os gastos das Empresas de Economia Mista, o que viria servir de grande orientação e esclarecimentos para o MDR.

O SR. CÂNDIDO M. DE OLIVEIRA — Traremos com o maior prazer, apenas, como disse, estamos trazendo a resposta às perguntas contidas especificamente em seu Requerimento, com relação às despesas do Governo do Estado, que entendemos fossem as despesas do Departamento de Divulgação do Estado.

Se V.Exa. deseja as informações referentes aos gastos das Companhias de Economia Mista e Órgãos de Administração indireta, traremos a esta Casa porque nada existe a ser escondido.

Com relação à segunda pergunta, quanto o Estado pretende gastar na campanha "Paraná é um dever, estamos cumprindo", que V.Exa., como homem de rádio e TV entende de mau gosto, "gosto e cor não se discute", como já diz um velho ditado. Respeito sua opinião com relação à perspectiva como vê a campanha, e gostaria de informar que esta campanha, nos moldes como está sendo realizada a campanha do Governo Federal, é feita com horário gratuito, cedido por emissoras de TV. O Estado não está despendendo nenhum tostão para esta campanha, com emissoras de TV. Gastou, sim, na confecção dos filmes e "slides" e vai gastar mais no desenrolar da campanha.

O Sr. Antônio Belinati — Não estamos aqui para desmentir V.Exa., mas não há no Brasil nenhum Canal de TV, nenhuma emissora oficial de TV, e



não há nenhum Canal que se preste à divulgação de atos do Governo, de graça. O que pode existir é uma compensação indireta. V.Exa. admitiu que o Governo gasta 4 milhões e tanto. Acharmos que a forma de pagamento é indireta, mas não de graça. Pode não ser emitida nenhuma fatura especificamente sobre esta campanha, mas entendemos que os Canais de TV estarão recebendo mensalmente uma compensação através da divulgação da campanha do Governo do Estado. Nós, que já trabalhamos em TV, rádio e jornal conhecemos, sabemos que isto sempre existiu. A não ser que haja uma exceção no Paraná.

O SR. CÂNDIDO M. DE OLIVEIRA — Lamento que o Deputado Antônio Belinati duvide do patriotismo das empresas de TV do Paraná e do Brasil. Afirmando a V.Exa. que estas emissoras de TV vêm consignando grandes programações a campanha do Governo Federal e do Governo do Estado, gratuitamente.

Além disto, a campanha "O Paraná é uma dever, estamos cumprindo" não é uma propaganda do Governo do Estado; é uma propaganda do Paraná dentro do Paraná, e fora do Paraná, visando atrair a atenção para o potencialidade de nosso Estado e, ainda, fazendo que o povo do Paraná sinta que este Estado possui terras férteis e que o Governo está tentando implantar uma nova filosofia para proveito do povo paranaense.

O SR. Antônio Belinati — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, não estou duvidando do patriotismo dos empresários de rádio e televisão, apenas desejo lembrar que tanto as televisões, como as rádios são empresas e, como tal, têm folha de pagamento, despesas de manutenção, etc.

Mas, deixando isso de lado, gostaríamos de solicitar a V.Exa. — se V.Exa. tiver condições — que nos informasse como foram gastos mais de 4 bilhões antigos, em propaganda, em 72?

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — V.Exa. fez um pedido de informações. Eu estou trazendo as informações contidas nesse pedido. Agora, V.Exa., verbalmente, pede novas informações que trarei noutra oportunidade.

O SR. Antônio Belinati — Eu farei o pedido, mas ilustre Líder do Governo, pedimos a V.Exa. que nosso Requerimento de pedido de informações seja aprovado.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Traremos todas as informações solicitadas, mas que a Bancada da Oposição não venha a fazer política e promoção à custa da Bancada do Governo. Mas, traremos todas as informações que V.Exa. quiser, ou que outros Deputados da Oposição solicitem.

O SR. Sebastião Rodrigues Júnior — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, cumprimento V.Exa. por essa atitude que atende assim ao fundamental, porque o importante é que todas as informações, desde que formuladas, serão sempre trazidas por V.Exa. E já que V.Exa. se propõe a trazê-las sempre que pedidas por qualquer Deputado da Oposição, e no campo específico, gostaria que V.Exa. nos informe — se possível — o total dos gastos efetuados pelo BADEP, em 72 e até o presente do ano de 73. E justifico este meu pedido porque notei que quando o BADEP adquiriu o prédio do Banco Boa Vista, notei o volume crescente de publicidade, em jornais não só paranaenses, mas também de outros Estados, e, inclusive, até do interior de outros Estados. Acredito, sobretudo, por se tratar de uma empresa que visa lucros, que houve um excesso de gastos em publicidade.

Então, solicito a V.Exa., se possível, o total que o BADEP gastou em 72 e em 73 até o presente.

Era o pedido que faria a V.Exa.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Com o maior prazer. E a solicitação de V.Exa. se enquadra dentro da solicitação verbal feita pelo Nobre Deputado Antônio Belinati, que trouxesse à Casa as importâncias referentes aos gastos em publicidade pelos Órgãos de Administração indireta do Estado, pelas Companhias Mistas, enfim, todos os órgãos vinculados ao Governo do Estado.

Traremos essas informações assim que fizermos um levantamento nesse sentido.

O SR. Antônio Belinati — Pediria a V.Exa. que fosse aprovado o nosso Pedido de Informações, porque assim como V.Exa. trouxe, em boa hora, esses esclarecimentos, pediria que aprovasse este nosso Pedido de Informações. Porque a Bancada do MDB conta apenas com 9 Srs. Deputados. E o nosso pedido visa o fortalecimento da Assembleia Legislativa, pois que o Governo está pronto a responder nossos Pedidos de Informações. Mas, devo dizer a V.Exa. que não estamos fazendo política com isto, mas pretendemos unicamente tomar conhecimento daquilo que é praticado pelo Governo. Porque, como Deputados, a nossa missão é fiscalizar.

Muito obrigado a V.Exa. pelos esclarecimentos.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa toda sabe que temos procurado, na medida do possível, aprovar Requerimentos de pedidos de informação dirigidos aos Secretários de Estado e Governador do Estado, e são inúmeros os Requerimentos feitos pela Bancada oposicionista e pelos Deputados da ARENA, que são aprovados neste Plenário com o voto da Bancada do Governo.

Entretanto, alguns Requerimentos, nós entendemos que não devem e não podem passar e que esses esclarecimentos devem ser trazidos pela Liderança do Governo ou pelos Deputados da ARENA. Se o objetivo do signatário do Requerimento é se esclarecer pessoalmente, esse objetivo está atingido através do esclarecimento pessoal, sem necessidade de que o Requerimento tenha uma tramitação maior, mova a Máquina Administrativa, importe em atividade funcional. É muito mais prático que a Liderança do Governo, quando vem Requerimento de pedido de informações, vá ao Órgão e traga essas informações à Casa. Temos procedido dessa forma e continuaremos a proceder dessa maneira, no sentido de valorizar o Poder Legislativo e de auxiliar os esclarecimentos que os eminentes Deputados oposicionistas pretendem.

O SR. Sebastião Rodrigues Júnior — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pretendia, justamente, no início da semana formular um Requerimento de informações, face aos comentários que existem na cidade, e já que V.Exa. antecipa aqui uma espécie de critério, gostaria de solicitar a V.Exa., e adotarei esse processo doravante, algumas informações. Gostaria de saber, se é que V.Exa. pode me esclarecer, quanto estão recebendo, a título de vencimento, gratificação ou qualquer outro título, os diretores das Companhias de Economia Mista, em outras palavras, aqueles Órgãos da Administração indireta do Estado, como Copel, Badep e Banco do Estado do Paraná. Porque entendo, mesmo pela natureza quase que íntima das informações, eu me encontrava na opção de formular Requerimento por escrito e também já havia pensado na possibilidade de formular esse pedido a V.Exa. Sua presença na Tribuna, com o elogiável propósito nesta manhã, me autoriza, creio, a me dirigir a V.Exa., solicitando essas informações, ou seja, quanto rece-

bem, a qualquer título, os Diretores e Presidentes dessas Companhias e Órgãos da Administração indireta do Estado. Então, pediria a V.Exa. que anotassem mentalmente essas perguntas e gostaria de saber se V.Exa. teria condições de trazer a este Deputado, porque pretendo, com base nessas informações, proceder a uma medida legislativa, que acho que é no mais elevado interesse do Paraná. Porque dizem a boca pequena, que as importâncias são excessivas, as percebidas por esses Diretores. Daí, a razão dessa indagação, como condição preliminar para análise de uma situação e das providências que deverão ser tomadas em consequência delas.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa ao Nobre Orador que está esgotado o prazo, no entanto, regimentalmente, poderá requerer mais 15 minutos.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Requeiro a V.Exa. prorrogação.

O SR. PRESIDENTE — Concedido. Continua com a palavra o Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para responder a indagação do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues, já que o seu propósito é se murir de dados para apresentação de um Projeto de Lei que venha, no seu entender, a regulamentar a situação que abordou, farei um convite público e pessoal a V.Exa. que me acompanhasse às Companhias que se referiu para se entrevistar com seus Diretores e receber pessoalmente todos os esclarecimentos que desejar.

Estou à sua disposição em dia e hora que entende conveniente. Desta maneira V.Exa. poderá, pessoalmente, conversar com os Diretores dos Órgãos que se referiu e receber seus esclarecimentos e subsídios.

O SR. Sebastião Rodrigues Jr. — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Registro o seu convite, entretanto, acho eu que esta não é maneira real de chegar a essas informações. V.Exa. há de convir que será altamente constrangedor para alguém na condição de Deputado da Oposição perguntar em termos cordiais quanto estão recebendo essas pessoas e se vão tomar alguma medida. Acho o convite de V.Exa. válido mas pela natureza das perguntas pessoais que serão feitas V.Exa. não ficaria em boa situação, não ficaria à vontade. Por esta razão preferiria que V.Exa. trouxesse essas informações.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Quero dizer que na sua companhia fico sempre à vontade, não teria nenhum constrangimento. Os Órgãos do Governo estão com as portas abertas tanto para os Deputados da Oposição como para os Deputados do Governo. Não vejo nenhuma situação de constrangimento porque quando as questões forem tratadas, evidentemente, V.Exa., pela boa educação que tem e pela franqueza no trato, não irá perguntar de chofer quanto ganha. Naturalmente, solicitará à legislação da empresa, porque como V.Exa. sabe, estas empresas tem seus estatutos e os vencimentos de seus Diretores são fixados em Assembleia e, portanto, tudo que for resolvido numa Assembleia, constará em ata. V.Exa. seria munido de um documento, não iria fazer uma pergunta frontal e agressiva. Mas, se V.Exa. entende que este não é o melhor caminho, me curvo e trarei as informações pessoalmente.

O SR. Sebastião Rodrigues Jr. — Registro o convite de V.Exa.. Será válido para outra ocasião, para uma série de possíveis informações de outra natureza, mas dada a natureza pessoal dessas informações, prefiro que V.Exa. as traga pessoalmente.

O SR. Paulo Poli — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Somente me resta louvar V.Exa., principalmente, quando diz que o Estado do Paraná, nada mais é do que uma grande empresa pública, esta a única diferença de uma empresa privada. Como tal só é possível funcionar com as portas abertas, é evidente.

Esta a resposta, em aparte, que pretendia dar ao eminente Deputado emdebista.

Gostaria que V.Exa., com esta sua benevolência em atender de pronto, como é natural, a Bancada oposicionista fizesse com que tais pedidos, muito embora não tramitassem pela Mesa da Assembleia mas, que fosse dirigido à Liderança um documento firmado e vou dizer porque: porque agora há pouco o Nobre Deputado Antônio Belinati perdeu-se, quando V.Exa. se propôs a receber o Requerimento elaborado por Sua Excelência, o Requerimento escrito.

Então veja V.Exa. a confusão que daria doravante, se V.Exa. se prontificasse — como está se prontificando, que eu louvo — a receber todos os Pedidos de Informação que fossem feitos verbalmente. Nem V.Exa. nem ninguém, teria condições de fazê-lo. Então, louvando, insisto, a atitude de V.Exa., eu faria a sugestão de que esses Pedidos de Informação que V.Exa. para antecipar e para facilitar mesmo a sua tramitação quando não caminha por vias normais, fosse também feito através de documento. E o caso do Pedido de Informação que fez o Nobre Deputado Sebastião Rodrigues Jr. — louvável esse Pedido — mas que V.Exa., com expediente assinado, ficaria mais à vontade junto aos Diretores e Presidentes, para que V.Exa. sem maiores rodeios entrasse na pergunta, mais objetivamente, diante de um expediente que V.Exa. tenha em mãos.

Era apenas isto, o aparte, para colaborar e para facilitar os trabalhos, principalmente da Bancada oposicionista.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço a sugestão do eminente Deputado Paulo Poli e o seu aparte de solidariedade, e fica registrada a sugestão.

O SR. Antônio Belinati — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre e Nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, nós não pretendíamos apartear-lo mais no seu esclarecimento, mas, retornando ao nosso Pedido de Informação quando indagamos dos gastos do Governo em propagandas através também dos demais setores, foi justamente em função da interpretação que demos.

Entendemos que as Empresas de Economia Mista, pertencendo ao Governo, talvez competisse ao próprio Governo, ao informar a Casa sobre os gastos do seu Governo, em propaganda, já inclusive a publicidade feita também pelas Empresas de Economia Mista. Mas depois da informação de V.Exa., nós entendemos perfeitamente, que caberia, quem sabe, um outro Pedido de Informação. Mas foi apenas questão de interpretação de nossa parte, e voltaremos oportunamente, como dissemos, a, quem sabe num Pedido de Informação próximo, a nova indagação sobre os demais setores.

Então gostaria apenas de esclarecer esta parte, que o objetivo nosso foi saber do gasto do Governo, em toda a sua plenitude mas, ficamos satisfeitos com a informação inicial.

O SR. Sebastião Rodrigues Júnior — (V.Exa. permite um aparte?) (Assentimento).

Parece que o Nobre Deputado Paulo Poli fez uma sugestão no sentido que nós nos dirijamos a V.Exa., sempre, por escrito, a fim de obtermos de-



terminadas informações? Não foi essa a sugestão do Deputado Paulo Poli, fornecer um documento a V.Exa.?

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — O que pude entender do aparte do Deputado Paulo Poli, é no sentido de que essas informações que V.Exa. deseja, assim como o deputado Antônio Belinati, na medida do possível fossem consignadas por escrito e discriminadamente, a fim de que fossem atendidas na sua totalidade.

Apenas eu gostaria de responder a V.Exa., que nós temos na Liderança do Governo, adotado o seguinte sistema:

Através de apartes ou de pronunciamentos da Tribuna, as notas taquigráficas registram os Pedidos de Informação e posteriormente, de posse dessas notas, dirigimos expedientes aos órgãos, a respeito das referências dos Srs. Deputados. Temos recebido inúmeras respostas e já encaminhamos pessoalmente a vários Deputados. Têm recebido, os Deputados, as informações, particularmente; não tenho vindo à Tribuna para dar essas informações. Na próxima semana virei prestar algumas informações a respeito de casos mais importantes, como o problema do Trânsito, cujas informações já recebi, estão em meu poder, no meu Gabinete.

Entretanto, aquelas informações que satisfazem pessoalmente os Srs. Deputados, nós não temos trazido à Tribuna. São inúmeros Deputados que aqui estão, que têm recebido já essas informações de Secretários de Estado e Companhias Mistas. E pretendemos adotar esse critério, com relação a questões levantadas por V.Exa. e Deputado Antônio Belinati.

As notas taquigráficas são instrumentos, através das quais nós chegaremos às autoridades, que são questionadas.

O Sr. Antônio Belinati — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nesse particular, receba V.Exa. nossos parabéns.

Quem sabe, esta aproximação, este conhecimento mais pessoal com os srs. Secretários de Estado em relação aos pronunciamentos feitos da Tribuna pelos Srs. Deputados tanto da ARENA como do MDB, neste particular, receba V.Exa. o nosso apoio porque o trabalho está funcionando 100%.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço a V.Exa., a gentileza do aparte, que vem testemunhar a maneira como a Liderança do Governo e o Governo em última análise, está procedendo no sentido de esclarecer os Srs. Deputados, com relação às dúvidas que levantam desta Tribuna. Creio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que eram os esclarecimentos que eu tinha que prestar, agradecendo a atenção de todos, e os apartes que os eminentes colegas ilustraram neste modesto pronunciamento. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença no Plenário, do sr. Francisco de Souza, Líder de Formosa do Oeste.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 37-73.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12-71.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 146-71 e 46-73, e dos Projetos de Resolução n.ºs 19-73, 20-73 e 21-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 282-70 — 285-70 — 167-71 — 19-73 — 20-73 — 21-73 — 57-73 e 59-73.

Levanta-se a Sessão.